

ACESSIBILIDADE: UM FATOR DE INCLUSÃO/EXCLUSÃO SOCIAL

*Cristiane Dieter (FEEVALE),
Jacinta Sidegum Renner (FEEVALE),
Luciana Néri Martins (UFSC)*

Apresentação

Existe um grupo considerável de pessoas que, por razões diversas necessitam de condições especiais para o deslocamento, permanência, utilização, manuseio, comunicação ou compreensão de informações. As pessoas com deficiência representam 14,5% da população brasileira. O Censo de 2010 desenvolvido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que 23,9%, ou seja, 45,6 milhões de pessoas têm, pelo menos uma, das deficiências (adquirida ou congênita) que foram investigadas na pesquisa. Ao considerar que além das pessoas com deficiência, as mulheres gestantes, os obesos, pessoas com lesões transitórias são exemplos de pessoas que também necessitam de boas condições de acessibilidade física, esses números se ampliam.

Com relação aos conceitos e definição de deficiência, a noção desse conceito varia bastante. Para o senso comum, segundo Ribas (2005), a deficiência é algum problema visível no corpo, sendo que, na maioria das vezes, é um problema visível. A discussão que, a princípio parece tão pertinente, perde a razão de ser quando passamos a pensar a partir do conceito de inclusão que considera o modelo social de deficiência. Estes conceitos colocam a condição de deficiência no ambiente e na sociedade, que passam a ser considerados causadores de desvantagem no desempenho de papéis sociais. De acordo com estes conceitos, a diversidade humana deve ser valorizada em todos os setores, garantindo acesso a todos nos mais diversos ambientes (SASSAKI, 2006). Assim, todas as pessoas com as mais variadas características podem transitar com autonomia. A partir deste contexto,, fica claro que a deficiência é um conceito em evolução e que resulta da interação entre estas pessoas e as barreiras que impedem a sua plena e efetiva participação na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

Em termos de percepção corporal das pessoas com deficiência, Barros (2005) expõe que, quando as reações orgânicas e fisiológicas que ocorrem em nosso corpo estão prejudicadas podem afetar a imagem que uma pessoa tem de si mesma. Estas mudanças podem ocasionar consequências na experiência do corpo, sendo que, as imagens corporais construídas influenciam também as pessoas que se encontram próximas, pois são definidas a partir das interferências sociais sofridas e dos hábitos de vida. Neste sentido pode-se afirmar que a experiência vivenciada na relação com o corpo influencia o modo como se percebe as pessoas e o mundo, e esta tende ter interferência no processo de inclusão/exclusão social.

Quanto ao aspecto social, Pastore (2001) destaca que as relações humanas costumam ser formadas pela primeira impressão e que chamam muito mais a atenção os atributos (as deformidades) do que os seres humanos. Partindo do princípio que esta pesquisa é voltada para a acessibilidade para as pessoas com mobilidade reduzida e/ou cadeirantes, de acordo com Neri (2003), em termos de indicadores, no Brasil, 0,44% das pessoas com deficiência são representados por lesados medulares que apresentam tetraplegia, paraplegia ou hemiplegia e que, se somados aos 2,3% daqueles que são incapazes de caminhar, totalizam mais de 650 mil pessoas. Todavia, se considerados possíveis cadeirantes de outros grupos de deficiências como da parcela de 5,32% que apresenta a falta de um membro ou parte dele, ou 22,7% que apresenta alguma dificuldade de caminhar, ou ainda 11,5% que apresenta alguma deficiência mental, pode-se atingir um total que facilmente ultrapassa um milhão de pessoas.

Tendo em vista esta parcela da população e, a partir do momento em que a inclusão de Pessoas com Deficiência passou a ser uma questão discutida com maior relevância na esfera social, a acessibilidade passou a ser vista de uma forma mais ampla, ou seja, não apenas pela perspectiva da arquitetura, mas também pela viabilização da comunicação e pela eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas entre tantas outras.

Neste sentido, considerando que o processo de exclusão/inclusão social das pessoas com mobilidade reduzida e ou cadeirantes tem relação direta com as condições de acessibilidade, quer seja no sentido físico estrutural, ou como uma condição para a cidadania e uma vida mais digna, propõe-se o problema de pesquisa: a acessibilidade nos espaços urbanos pode interferir no processo de inclusão/exclusão social das pessoas com mobilidade reduzida? Portanto, a partir do problema a ser investigado, têm-se como objetivo neste estudo avaliar as condições de acessibilidade e identificar a interferência no processo de exclusão/inclusão social das pessoas com mobilidade reduzida em um loteamento popular no Vale do Sinos.

Metodologia

Esta pesquisa se caracterizou como uma pesquisa observacional descritiva e participante, com análise e discussão de dados sob os paradigmas qualitativo e quantitativo. Optou-se pela pesquisa descritiva a fim de expor as características da realidade de um determinado local a partir dos resultados de uma investigação elaborada com diferentes instrumentos (PRODANOV; FREITAS, 2009).

Com relação à pesquisa participante, devido à dificuldade de acesso aos moradores do loteamento foco do estudo, se fez oportuna uma maior proximidade da pesquisadora e dos sujeitos. Tendo em vista esta realidade, para que esta aproximação pudesse ocorrer de forma mais tranquila optou-se pela coleta de dados com características de pesquisa participante, onde os pesquisadores estiveram presentes e atuantes na vida dos pesquisados durante todo o processo de pesquisa. A fim de conquistar o público alvo para participação na pesquisa, foram realizadas oficinas de pintura, pois as dificuldades de acesso aos cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida foram um fator dificultador para este público alvo.

O campo do estudo foi o Loteamento Colina Verde, que é um loteamento popular situado no bairro Vargas na cidade de Sapucaia, onde foram alocadas famílias de baixa renda, provenientes de regiões de alto risco. O grupo de colaboradores foi composto por treze participantes.

Os instrumentos para coleta de dados foram constituídos de um roteiro de vistoria das estruturas urbanas, entrevistas com gestores das políticas públicas locais, levantamento fotográfico e análise de mapas urbanos do loteamento e da cidade foco do estudo. Foram coletados dados secundários em documentos fornecidos pela Prefeitura do município. Em termos éticos com relação à abordagem dos sujeitos, salienta-se que este projeto foi submetido e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Feevale, sob número de processo 7.02.02.10.1695.

Em termos de análise e discussão de dados, nessa pesquisa foi utilizada a triangulação por fontes, que permite a comparação entre os dados coletados a partir das entrevistas realizadas com os colaboradores, das anotações do diário de campo, das observações realizadas pelo pesquisador e da pesquisa documental, utilizando também os suportes teóricos que envolvem a compreensão do estudo. Segundo Cauduro (2004), existem tipos distintos de triangulação, mas com a mesma finalidade, que é a de contrastar e interpretar dados, teorias e métodos.

Desenvolvimento

Apresenta-se neste sub título a revisão bibliográfica pertinente à temática central deste artigo que está relacionada à acessibilidade, processo de inclusão e exclusão social e a relação com as condições sócio econômico culturais das pessoas com deficiência.

Condições sócio econômico culturais das pessoas com deficiência

Nem todas as pessoas com deficiência são pobres, mas a pobreza aumenta muito as possibilidades de se adquirir esta condição devido às precárias condições em que estas pessoas vivem, estando, muitas vezes, distante de serviços médicos, de programas de prevenção e de reabilitação. De modo bastante simples, Monteiro (2003, p.7-8) define pobreza como “[...] a condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação assistência à saúde, entre várias outras”.

Ao desenvolver estudos pertinentes à deficiência e a relação com as condições socioeconômicas, Ciszewski (2005) percebeu que a proporção de pessoas com deficiência é mais elevada nas camadas mais carentes da sociedade. No Brasil, o Censo de 2000, desenvolvido pelo IBGE (2009), revela que a maior proporção de pessoas com deficiência encontra-se no Nordeste (16,8%) e a menor no Sudeste (13,1%). No Nordeste, segundo Monteiro (2003), também se encontra a proporção maior das pessoas pobres, apresentando um percentual de 48,8%, enquanto que 36,2% estão no Norte, e nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste estão respectivamente 17,0%, 18,3% e 22,3% deste grupo.

As práticas sociais relacionadas às minorias em condições atípicas passam por diversas fases, entretanto, não acontecem ao mesmo tempo em todas as sociedades. Segundo Sasaki (2006), todas as culturas já estiveram ou estão em alguma das seguintes fases: exclusão social, atendimento segregado dentro de instituições, integração social (em que a pessoa precisa se adaptar ao meio) e, mais recentemente, a partir da segunda metade dos anos 1980, a filosofia da inclusão social, que surgiu, inicialmente, em países desenvolvidos e tem envolvido todos os países neste início do século XXI.

O conceito de inclusão está baseado no modelo social de deficiência, em que os problemas não estão na pessoa com deficiência e sim na sociedade, que cria dificuldades, causando-lhes incapacidade (ou desvantagem) no desempenho de papéis sociais. Cabe à sociedade eliminar todas as barreiras para que possam ter acesso aos serviços, lugares, informações e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e

profissional. Sasaki (2006, p. 39-40) aponta a inclusão como “[...] um processo bilateral, no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos”.

A influência da acessibilidade na inclusão social de pessoas com deficiência

Ao discutir a acessibilidade como elemento essencial para a inclusão social, há que se considerar que existe um grupo significativo de pessoas que, por razões diversas, necessitam de condições adequadas para o deslocamento, permanência, utilização, manuseio, comunicação ou compreensão de informações. Se considerarmos que, além das pessoas com deficiência, que são 24,6 milhões no Brasil, as mulheres gestantes, pessoas obesas, pessoas com lesões transitórias são exemplos de pessoas que também necessitam de boas condições de acessibilidade em seu dia-a-dia, esses números se ampliam muito (PINHEIRO, 2005).

Com o advento da inclusão, a acessibilidade é entendida, atualmente, de uma forma mais ampla não apenas pela perspectiva da arquitetura, mas também pela viabilização da comunicação e pela eliminação de barreiras atitudinais, pedagógicas, entre tantas outras. A partir do conceito de inclusão, que prevê que os ambientes devem ser acessíveis a todos, entende-se que qualquer pessoa com deficiência ou não, deve ter a liberdade de ir e vir garantida, usufruindo de todos os espaços. Martins (2008) afirma que se os ambientes fossem pensados corretamente, as pessoas não teriam necessidades especiais.

A Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência aponta para o início de um novo momento no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência. A Convenção se refere à acessibilidade como ferramenta para que essas pessoas atinjam sua autonomia em todos os aspectos da vida, o que demonstra uma visão atualizada das especificidades destas pessoas (RESENDE; VITAL, 2008).

No que concerne à acessibilidade arquitetônica, profissionais da área de engenharia, arquitetura, administradores públicos e privados têm se mobilizado em busca de soluções para a adaptação do meio físico. As normas de acessibilidade são definidas pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas), pela NBR 9050/94. A acessibilidade possibilita a utilização, com segurança e autonomia, de edificações, espaço, mobiliário e equipamento urbano. Atualmente, associa-se o termo Acessibilidade ao conceito de Desenho Universal ou Inclusivo. Entretanto, os produtos e ambientes feitos com desenho universal podem ser utilizados por qualquer pessoa, não são destinados especialmente a pessoas com deficiência (SASSAKI, 2006). Esta norma foi utilizada como referência nesse estudo, para avaliar as

condições de acessibilidade de um loteamento popular, o Colina Verde, situado na cidade de Sapucaia do Sul/RS. A partir de um instrumento chamado Roteiro de Vistoria, foram identificadas no local tanto as barreiras quanto os acessos que estão adequados à norma existente.

Resultados Alcançados

Apresenta-se em termos de resultados as características da cidade de Sapucaia do Sul e do loteamento foco da pesquisa, sua infraestrutura e suas políticas públicas para inclusão social. Dados sociodemográficos dos participantes como idade, gênero, estado civil, nível de escolaridade também estarão representados neste capítulo através de gráficos de barras horizontais. Os dados qualitativos são apresentados através de descrição, análise e triangulação. Segundo Minayo (2010, p. 80), “[...] na descrição, a opinião dos participantes é apresentada da forma mais fiel possível”, e na análise, o propósito é ir além do escrito, buscando relações com outros dados coletados.

A Acessibilidade urbana do loteamento popular

O loteamento Colina Verde está localizado distante do centro da cidade com acesso restrito ao transporte público e outros serviços prioritários. Não há calçadas pavimentadas no local e os pisos são bastante irregulares, apresentando muitos ressaltos e depressões. Rebaixos de meio-fio inexistem e se encontram muitos obstáculos nos locais onde deveriam existir calçadas. Os acessos para a maioria das moradias apresentam desníveis abruptos, criando degraus. Apesar de existir um grupo de trabalho que discuta as questões de acessibilidade ao local, não existe no loteamento Colina Verde qualquer indício de que estejam tentando suprir barreiras arquitetônicas presentes. Pelas fotos abaixo é possível observar a precariedade das ruas e calçadas.



Figura 1 - Rua Cardeal – Loteamento Colina Verde

Fonte: Autora, 2010.



Figura 2 - Rua dos Canários– Loteamento Colina Verde

Fonte: Autora, 2010.

Na área da saúde, os moradores dispõem de atendimento pelos agentes comunitários da Estratégia de Saúde da Família (ESF), que tem sede junto à Escola Municipal Professor Walmir dos Santos Martins. Na sede da ESF, o local destinado à calçada não está pavimentada, o piso é bastante irregular e existem degraus na entrada do local, elementos que dificultam o acesso de pessoas com mobilidade reduzida.

Na sede da escola existe uma rampa que não atende as normas devido a sua inclinação ser maior do que a recomendada. A presença de degraus, tanto em seu início como no final desta, impossibilita o acesso de um cadeirante. Existe um elevador no local que foi desativado pelo mau dimensionamento das instalações elétricas. Há uma sobrecarga na rede

elétrica da escola quando o elevador é utilizado, portanto, todas as pessoas precisam utilizar as escadas para acessarem os andares superiores, sendo que a escola tem três andares.

Quanto ao transporte público, as linhas de ônibus funcionam regularmente e circulam em uma área restrita do loteamento, entre as ruas dos Sabiás, Gralha Azul, dos Colibris e Caturrita. Alguns moradores, como os do final da Rua João de Barro, por exemplo, precisam se deslocar cerca de 500 metros por piso irregular e com muitos buracos para que possam utilizar o ônibus.

Nos poucos estabelecimentos comerciais de pequeno porte encontrados no local, como mercados, lojas de presentes e bares, mais da metade deles têm degraus na porta de entrada. Uma das lojas, em especial, chama a atenção pelo fato de o degrau que dá acesso ao estabelecimento ter mais de 30 centímetros de altura. Segundo a NBR9050/04, os degraus podem ter espelhos de, no máximo, 18 cm de altura (CREA-RS, 2007).

Em termos de estruturação da comunidade, uma associação de bairro começa a se constituir na Rua Martin Pescador, onde os moradores têm oportunidade de participar de oficinas de pintura em tela, cursos de capacitação, aulas de ginástica e musicoterapia. Dentre estes, foi formado um grupo exclusivamente para Pessoas com Deficiência (PcD) e familiares, para que possam usufruir destes serviços. Segundo Sasaki (2006), a inclusão é um processo no qual a sociedade se adapta para poder incluir em seus sistemas sociais os PcD, permitindo, desta forma, que as pessoas possam assumir seus papéis na sociedade. Neste sentido, torna-se relevante comentar que existem alguns casos em que a inclusão ainda está distante de ser alcançada, pois as PcD não conseguem participar de oficinas oferecidas pela prefeitura pela falta de acessibilidade. Para que pudessem participar das oficinas, foi necessário que um veículo buscasse em casa as pessoas com mobilidade reduzida e algumas delas, inclusive, eram carregadas no colo até a sede da associação.

O programa Emancipar oportuniza à comunidade definir suas prioridades para que sejam realizados os investimentos necessários. Para tal, foi realizada uma reunião com os gestores do programa, onde, nesse momento, a única solicitação dizia respeito à acessibilidade dos PcD. A solicitação feita pelo grupo foi que o loteamento tivesse mais ruas pavimentadas, permitindo, desta forma, a facilitação do ir e vir dos moradores. Esta solicitação, apesar de não ter sido feita especificamente para as pessoas com deficiência, também beneficia os cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida. Neste sentido, o que ficou evidente é que as solicitações, em geral, refletiam necessidades individuais e não do grupo.

Esta situação se justifica na medida em que é possível perceber que os moradores da comunidade Colina Verde não estão organizados como grupo pelo fato de as pessoas se conhecerem pouco e por serem provenientes de áreas distintas da cidade. Como consequência,

este grupo tem dificuldades de resolver seus problemas. Esta condição é preocupante na medida em que se pressupõe que uma ação política bem sucedida deve ser embasada fundamentalmente na união do grupo. Assim, torna-se importante atrair a sociedade para este debate. Segundo Carvalho (2008), a ausência de ampla organização da sociedade faz com que outros interesses prevaleçam. Neste caso, há dificuldade e preocupação dos gestores do programa com a participação dos moradores.

Percepção das condições de acesso e a relação com inclusão social

A partir das entrevistas foi possível perceber que 30,77% dos colaboradores apresentam inquietação por não estarem trabalhando. Os demais demonstraram um misto de desejo e medo. Desejo de terem mais autonomia e independência, medo do desconhecido mundo do trabalho.

Entre os entrevistados, 46,15% consideram ter dificuldade de acesso ao trabalho, considerando as condições de acessibilidade arquitetônica do loteamento e mencionaram que deveriam ser realizadas melhorias no local. Souza e Carneiro (2007) descrevem a relação entre a pobreza e a deficiência e colocam em evidência as consequências de uma política social incapaz de assegurar acesso universalizado a serviços essenciais à população. Segundo os autores, as políticas de atenção aos PcD não conseguem lhes assegurar condições mínimas de vida digna.

Percebeu-se no decorrer do estudo, que as barreiras atitudinais tendem a ceder, na medida em que se propõe a integração dos diversos atores sociais que acabam por conviver em harmonia com a diversidade. Neste sentido, ao conviver com a comunidade foi possível perceber que, em termos de prioridades em termos de foco de atenção, as pessoas com deficiência encontram-se em situação nada confortável em relação aos demais, principalmente no que diz respeito à acessibilidade.

A partir de todas as situações vivenciadas e expostas neste artigo, percebe-se que a articulação a mobilização coletiva, passam pela apropriação dos sujeitos que fazem parte desta comunidade, ao se “enxergar”, se perceber como cidadãos com os mesmos direitos dos demais. Embora este processo tenda a ser lento e gradual, pois depende também da aproximação e participação das discussões promovidas pelos órgãos públicos, é fundamentada na possibilidade de acesso universal e, não somente no acesso das estruturas físicas arquitetônicas. O acesso às questões de segurança, saúde, trabalho reportam a uma vida mais

digna e cidadã, portanto, devem permear a pauta das políticas públicas com enfoque para toda a comunidade e, não somente para as PcD.

Para que todas as pessoas possam ter, de forma igual, o direito de circularem livremente e conviver mais com a comunidade, os espaços de uso comum precisam ser projetados com base nos conceitos da Acessibilidade Universal. A partir de então, estará sendo oferecida a equiparação de oportunidades e a inclusão social que tanto se almeja. Neste sentido, a partir dos resultados deste estudo de caso do loteamento Colina Verde, visualiza-se a realidade de muitas comunidades brasileiras onde a inclusão social ainda é uma realidade muito distante, pois uma das condições mais básicas e primárias para a inclusão é a acessibilidade, e esta ainda é muito distante e deficitária.

Referências

BARROS, Daniela Dias. Imagem corporal: a descoberta de si mesmo. Manguinhos, RJ: **História, Ciências, Saúde**, v.12, n.2, p.547-54, maio-ago, 2005.

CARVALHO, José Murilo. Cidadania no Brasil: O longo caminho. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAUDURO, Maria Teresa (Org.). **Investigação em educação física e esportes: um novo olhar pela pesquisa qualitativa**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2004, 112p.

CISZEWSKI, Ana Cláudia Vieira de Oliveira. **O trabalho da pessoa portadora de deficiência**. São Paulo: LTR, 2005.

IBGE. **Censo demográfico de 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Disponível em: <http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/index.php?uf=43>. Acesso em: 11 abr. 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.) et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estud. av.** [online]. 2003, vol.17, n.48, PP.7-20. ISSN 0103-4014.

NERI, Marcelo. **Retratos da Deficiência no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2003.

RIBAS, João Baptista Cintra. **Emprego e trabalho para portadores de deficiência. As Leis, os Debates e os Projetos de Ação no Ano 2000**. Globo. 2005. Disponível em: <<http://www.lerparaver.com>>. Acesso em: 02 set.2009.

PASTORE, José. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência**. São Paulo; Editora LTr, 2001.

PINHEIRO, Humberto Lippo. Acessibilidade universal. In: **Sociologia textos e contextos**. 2.ed. Canoas, RS: ULBRA, 2005.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico**. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2009. 288 p.

RESENDE, Ana Paula Crossara de; VITAL, Flávia Maria Paiva (Coord.) **A convenção sobre as pessoas com deficiência comentada** - Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2008. Disponível em: <www.governoeletronico.gov>. Acesso em 02 dez. 2009.

SASSAKI, Romeu Kazumi, **Inclusão. Construindo uma sociedade para todos**. 7 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.